

DESENVOLVIMENTO E GLOBALIZAÇÃO: PERSPECTIVAS PARA AS NAÇÕES

Luciano Martins*

Duas palavras iniciais. A primeira para agradecer ao BNDES pelo convite que me proporcionou o privilégio de participar deste Seminário. Porque dos vários seminários de que tenho ultimamente participado este é seguramente um dos mais bem arquitetados e organizados. É particularmente gratificante para mim registrar, como estudioso que fui da criação do BNDES, que ele retoma a tarefa que lhe deu origem: a de ser não apenas uma agência de financiamento para projetos *ad hoc*, mas a de um centro de reflexão sobre os rumos do desenvolvimento do país. E é isso que demonstra este Seminário.

A segunda palavra é para fazer a ressalva de praxe de que tudo o que aqui direi é de minha estrita responsabilidade pessoal e não envolve nenhuma instituição à qual eu esteja eventualmente vinculado.

* * *

Creio que se possa dizer que estamos discutindo, e desde a sessão de ontem, três temas principais, suscitados pelo processo de globalização. Estou certo que essa discussão, pela alta qualidade das exposições aqui apresentadas, contribuirá para melhor definir o novo contexto em que deve ser situada a problemática do desenvolvimento. Porque em última análise é disso que se trata e é essa, para nós, a questão estratégica.

Esses três temas são a seguir apontados.

- a) A desconstrução das ideologias econômicas que prevaleceram nas duas últimas décadas, à luz dos resultados empíricos, tanto econô-

* Sociólogo. Atualmente Embaixador do Brasil em Cuba.

micos quanto sociais, delas resultantes nos países que as adotaram; e também dos “fantasmas” que vinham se substituindo à crítica racional de tais ideologias, como notou ontem Helio Jaguaribe a propósito do “Consenso de Washington”.

- b) A necessidade de refazer visões de mundo e recriar instituições e centros decisórios. Nos planos nacionais, face à crise do estado-nação; e, no plano internacional, dada a falência ou insuficiência (ou “*bad economic policies*”, como qualificou-as o Prof. Stiglitz) das instituições oriundas de Bretton Woods face às novas realidades e à complexidades criadas pelo próprio processo de globalização.
- c) O imperativo político de criar novos parâmetros conceituais para repensar a questão do desenvolvimento num mundo marcado pela “interdependência assimétrica” gerada pela globalização. E permito-me insistir nessa expressão “interdependência assimétrica” porque ela delimita o alcance da globalização (e basta pensar na trágica exclusão africana), ao mesmo tempo que desmistifica logo muitos dos efeitos e implicações desse processo.

Esses três temas conduziram na realidade a um quarto, no qual eu até me sentiria intelectualmente mais à vontade, e que é o da nova geometria mundial de poder nascida do fim da guerra-fria e hoje marcada pelo unilateralismo *bushiano*. Mas dele abduco para limitar-me ao meu papel de debatedor dos *papers* aqui apresentados e evitar um discurso paralelo. Vejamos.

1. A desconstrução da ideologia dita “neoliberal”

Creio que se pode dizer que os três expositores dessa sessão, e os da de ontem também, cada um à sua maneira e com argumentos diferentes, mas convergentes, demonstraram a parte que cabe ao receituário dito neoliberal no medíocre desempenho econômico dos países que foram levados a adotá-lo. O Prof. Stiglitz continuou sua implacável vivissecção (já que não se pode falar em autópsia porque ainda estão vivos) dos organismos criados em Bretton Woods e de sua degeneração, já tão bem exposta em seu livro *The Globalization and its Discontents*. José Antonio Ocampo fez uma excelente e *matter-of-fact* demonstração do recente desempenho econômico medíocre dos países latino-americanos, discutiu suas causas e apontou para soluções a partir da nova problemática

do desenvolvimento. Não menos importante: demonstrou que historicamente não há convergência mas divergência em níveis de renda per capita entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; e que a hipótese de uma “*conditional convergence*” depende da existência de fatores (educação, infra-estrutura, avanço científico e tecnológico, etc.) que só podem existir através da ação decidida do Estado.

O Prof. Rodrik foi mais longe ao afirmar que o “neoliberalismo está para a economia neoclássica assim como a astrologia está para a astronomia”; e ao afirmar que os três únicos países ultimamente mais bem-sucedidos (China, Vietnã e Índia) foram justamente os que violaram a ortodoxia ideológica dos “fundamentalistas de mercado”, sem que nem por isso deixassem de se dirigir para uma economia de mercado. Talvez se possa acrescentar que tal êxito também foi possível porque esses três países têm especificidades muito singulares. A China, por exemplo, já é um país capitalista, mas com uma estrutura de poder e uma burocracia ditas “comunistas”, além de um peso político considerável em plano mundial. O Vietnã também dispõe de um sistema político centralizado e que lhe permite selecionar formas de inserção internacional. Já a Índia se, de um lado, encontrou por si mesma um nicho através da produção e exportação de medicamentos e de softwares, de outro, mantém indicadores sociais nada animadores. E também se poderia argumentar, em contraste com a performance dos dois primeiros países, e em apoio à afirmação do Prof. Rodrik, que as “privatizações selvagens” na Rússia, impulsionadas por Gaidar e pelo figurino do Banco Mundial, no início dos anos 90, tiveram por resultado uma fantástica “legitimação” da corrupção e a criação dos chamados “oligarcas” (o termo correto seria “plutocratas”) que Putin procura agora desmontar. E tais exemplos já demonstram, por si sós, que não existe uma única fórmula ou receita de adaptação aos novos tempos que vivemos.

Nenhuma dessas qualificações, entretanto, invalida o que entendo ser o argumento central dos expositores, o qual vou resumir aqui em termos pessoais e que não envolvem a responsabilidade deles, mas que mostra minha concordância com eles: ou se repensam a teoria econômica e as políticas do desenvolvimento, sepultando tanto o lixo ideológico quanto os fantasmas que as contaminaram nas últimas duas décadas, ou não se chegará a nenhum lugar. Ou melhor, permaneceremos onde estamos: baixo ou nulo crescimento, desemprego, imobilização do Estado, vulnerabilidade externa estrutural e pobreza crescente. E isso nos conduz à segunda questão.

2. A crise do estado-nação

Todo o pensamento latino-americano, a partir dos anos 30, tinha como referente o estado-nação, suas instituições e seus mecanismos de processos decisórios. Como se sabe, o nacionalismo, em suas vertentes populistas ou autoritárias, foi sua expressão. Parece-me inegável que o estado-nação está hoje em crise por toda parte e que, por isso mesmo, perderam sentido essas suas expressões ideológicas.

Em crise, porque ameaçado, “por baixo”, pela diversificação de crescentes demandas sociais, movimentos separatistas, etc. E também, como mostra Ocampo em seu *paper*; no que se refere à América Latina, porque a “*poverty/economic growth link*” experimentou uma deterioração estrutural nos anos 90, a despeito de as despesas sociais terem aumentado, em média, nos mesmos anos 90, de 10,4% para 13,1% do PIB. Ou seja: tais despesas não se substituem a uma política análoga à que gerou o *welfare state*. Como conciliar e atender essas demandas crescentes para refazer a base social em que se apoiavam a idéia e o princípio de legitimação política do estado-nação? E é justamente essa questão que aponta para a necessidade da formulação de novas políticas de desenvolvimento.

Acrescente-se que o estado-nação também está em crise pelas ameaças “por cima”. E essas vêm da globalização, ou seja, da vulnerabilidade por ela gerada no contexto da interdependência assimétrica por ela criada e agora agravada pela atual geometria mundial de poder. Essa vulnerabilidade talvez possa ser resumida em quatro fenômenos principais:

- a) a “lógica” do sistema financeiro internacional (cujos movimentos estão gerando aquilo que o Prof. Stiglitz qualificou como “*automatic destabilizers*”), assim como a dos estranhos critérios adotados pelas agências de “rating”, que oscilam, como escreveu em artigo recente Ocampo, da “exuberância irracional” ao “pânico irracional”–, mas que influenciam movimentos de capital;
- b) as posições arbitrárias do FMI e, às vezes, do Banco Mundial. Veja o caso interessante da crise energética de um país conhecido. Uma empresa estatal tinha US\$ 4 bilhões para investir para prevenir uma (previsível) crise energética. Mas foi impossibilitada de fazê-lo porque o FMI decreta que investimentos de empresas estatais devem ser contabilizados como gastos públicos. Curioso. Nos Estados Unidos, os novos “*robber barons*” da Enron e similares, graças a essa pérola semântica chamada “*creative accountability*” (leia-se fraudes contábeis), praticaram à vontade justamente o opos-

to: contabilizaram como sendo investimentos o que na realidade eram gastos. E parece que os famosos mecanismos “auto-reguladores” do mercado foram incapazes de detectar tais procedimentos. Se é assim, pergunto que eficácia possuem;

- c) Alberto Fishlow argumenta, a meu ver com razão (e creio que há duas décadas que insiste nisso), que a forma de diminuir a vulnerabilidade decorrente da “ciclotimia” (para repetir a expressão do Presidente do Banco Central) dos fluxos de capital externo é aumentar a poupança doméstica. Mas isso supõe justamente a adoção de políticas públicas voltadas para criar condições de investimento e para restringir o deslocamento de capitais domésticos para o exterior. Segundo leio nos jornais, o Banco Central do Brasil estima que existam aplicados no estrangeiro cerca de US\$ 70 bilhões de dólares de empresas e pessoas físicas brasileiras; e só no mês passado saíram mais US\$1 bilhão e 700 milhões. Quer dizer: a questão de aumentar a poupança doméstica tanto tem a ver com políticas públicas que induzam ao investimento interno quanto com a própria “mentalidade” (vamos chamar assim, para sermos elegantes) das classes dominantes locais;
- d) o Prof. Lall chamou a atenção em seu *paper* para o fato inegável de que a melhor inserção internacional dos países em desenvolvimento depende em grande parte do aumento da competitividade de suas exportações. Nada mais sensato. Mas como, atingido esse objetivo, lutar contra os subsídios e as barreiras de todo tipo através das quais os países desenvolvidos defendem seus mercados ao mesmo tempo que exigem a abertura dos nossos. Mais: num contexto internacional no qual a correlação de forças nos é totalmente desfavorável. Estão aí, no que se refere ao Brasil, os casos do aço, da soja, dos cítricos industrializados ou da Embraer, que exemplificam essas práticas abusivas, quando não cínicas.

Essa não é evidentemente uma listagem exaustiva do tipo de problemas que hoje enfrentam países como o Brasil. Haveria ampla matéria para discussão, por exemplo, sobre as razões do *gap* tecnológico aqui já mencionado e, sobretudo, sobre a centralização das decisões mundiais em arenas das quais os países de menor desenvolvimento relativo parecem praticamente excluídos.

Para concluir. O que quero sugerir, em síntese, é que não basta discutir apenas receituários econômicos, por mais importante que seja essa

discussão, porque a verdadeira questão é política: é a da capacidade do Estado de definir políticas de desenvolvimento e de sua capacidade de enfrentar a atual correlação de forças em plano internacional.